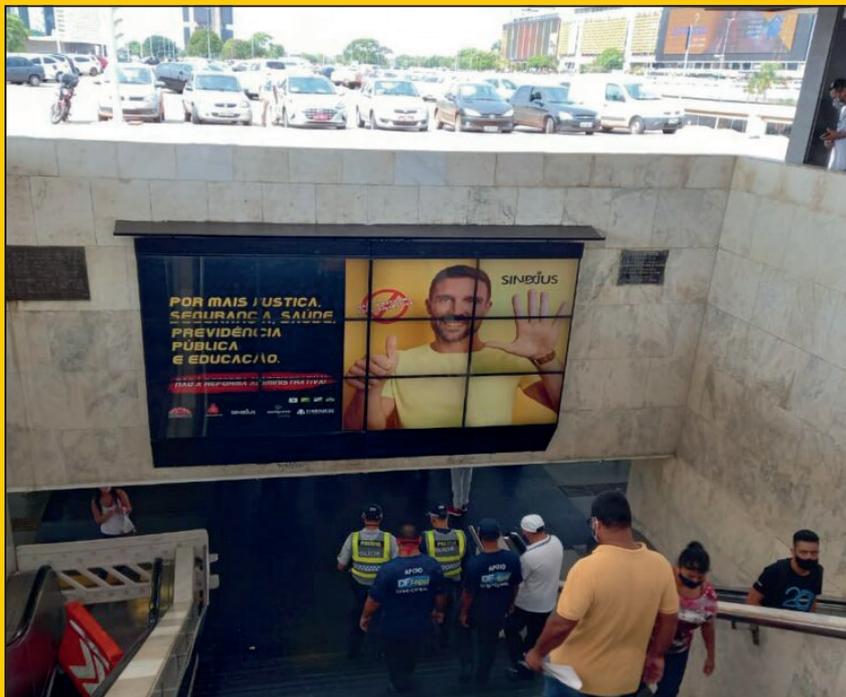


NOVA ETAPA DA CAMPANHA DO SINDJUS-DF CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA CHEGA ÀS RUAS DO DISTRITO FEDERAL

Ao todo as peças foram divulgadas em diversos outdoors, trens do metrô, 107 totens e três telões na rodoviária do Plano Piloto e em diversas outras mídias. Em breve a campanha chegará aos Estados do Acre, Rondônia e Roraima.

**NÃO À REFORMA
ADMINISTRATIVA!**





Na rodoviária do plano piloto, paradas de ônibus e em outdoors espalhados pela capital federal. A campanha do Sindjus-DF, que alerta para os malefícios da PEC 32/20 – que trata da Reforma Administrativa -, invadiu as ruas do Distrito Federal, mostrando para a população os riscos da aprovação da proposta.

Intitulada “ O servidor público merece ser valorizado e respeitado”, a campanha alerta que, caso a Reforma Administrativa seja sancionada, o maior prejudicado será o próprio cidadão, que perderá serviços públicos de qualidade.

“Sabemos que o governo tem incentivado a população a um discurso de ódio contra os servidores públicos. Muitos apoiam a aprovação da reforma, sem ao menos saber quais os impactos e reais danos que ela traz para a sociedade e o país. Como pano de fundo, a PEC 32 irá ocasionar a desestruturação da saúde pública, da educação e demais serviços públicos, atingindo hospitais e provocando o fechamento de creches públicas, bem como a precarização de universidades federais e muito

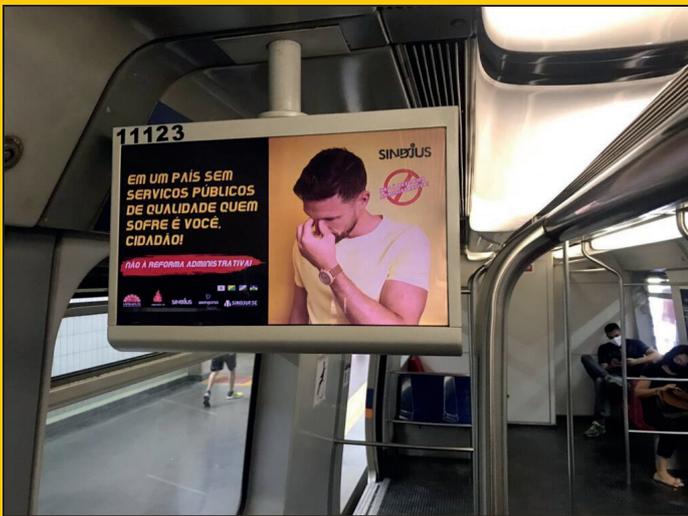




mais. A população precisa ter conhecimento disso”, ponderou Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF.

A campanha do Sindicato também sai em defesa do serviço público e do patrimônio do povo brasileiro. Ao todo as peças foram divulgadas em diversos outdoors, trens do metrô, 107 totens e três telões na rodoviária do Plano Piloto e em diversas outras mídias.

Em breve a campanha chegará aos Estados do Acre, Rondônia e Roraima.



Em consonância com pedido do Sindjus-DF, CSJT retira planos de saúde da margem dos consignados

Nesta sexta-feira (23/10), o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) aprovou a exclusão de contribuição para planos de saúde da margem consignável dos servidores do Judiciário Trabalhista.

No dia 15 de maio de 2020, em razão da pandemia e de ser um entendimento já adotado por outros órgãos da Administração Pública (CJF e MPU), o Sindjus-DF havia requerido formalmente a exclusão da margem consignável dos servidores desse órgão a contribuição para planos de saúde de qualquer natureza e/ou aumentar a margem para possibilitar a eles acesso ao crédito.

A retirada de despesas com planos de saúde da margem consignável alivia os transtornos pelos quais estavam passando os servidores que, diante da redução da margem consignável, não tinham a possibilidade de desconto em folha quando da contratação de empréstimos junto a instituições financeiras. E inúmeros servidores se transformaram em esteios de família diante da onda de demissões em massa e do desaquecimento da economia brasileira, acarretando a necessidade de reordenamento financeiro familiar e de renovação de empréstimos.

Outra situação difícil pela qual muitos passaram foi a necessidade de o servidor excluir um familiar da condição de beneficiário do plano, no intuito de aumentar sua margem consignável para utilização com outras finalidades mais urgentes, tais como empréstimos financeiros. Porém, em plena pandemia, excluir um familiar é uma atitude arriscada, que pode ter consequências drásticas.

Para Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF, essa decisão contribui não só com os servidores, mas com suas famílias e com o reaquecimento da economia: *“O Sindjus-DF tem trabalhado em várias frentes para aliviar a situação dos servidores nessa época de pandemia, como lutando pela retirada das despesas de saúde da margem consignável, pela suspensão temporária do pagamento de parcelas consignados (PL 1328/2020), pelo aumento da margem consignável em 5%, indo para 40% (PL 4942/2020). Todas essas ações visam dar condições dos servidores enfrentarem esse período de calamidade pública sem serem obrigados a recorrer a situações mais drásticas e nocivas ao sustento familiar”*.





Projeto de lei que institui margem especial para servidores públicos é apresentado na Câmara dos Deputados

Foi apresentado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 4732/2020, de autoria do deputado federal Pompeu de Mattos (PDT-RS), que institui margem especial de crédito consignado para servidores públicos ativos e inativos, em virtude da pandemia do novo Coronavírus.

A proposta, intitulada "margem social", tem o objetivo de aumentar em 5% a margem para crédito consignado, com empréstimos isentos do Imposto sobre Operações Financeira (IOF). De acordo com o parlamentar,

a medida tem o objetivo de contribuir para amenizar os problemas socioeconômicos ocasionados pela atual crise.

"Temos o objetivo de dar proteção e amparo ao aposentado e todos aqueles que precisam dessa possibilidade", esclareceu o parlamentar.

O crédito tem um limite de R\$ 20 mil por beneficiário, com carência máxima de 120 dias para início do pagamento. A contratação poderá ser efetuada diretamente nas instituições financeiras em até 12 meses após o término do estado de calamidade pública.

Segundo o coordenador-geral do Sindjus-DF, Costa Neto, "essa questão já vem sendo debatida e requerida por vários servidores da base do DF para que o Sindjus-DF atue nesse sentido e promova a interlocução junto aos órgãos do PJU e MPU e no Congresso Nacional. A proposta do deputado Pompeu de Mattos é mais uma alternativa para os servidores que estão sofrendo as consequências da pandemia e precisam de ajuda para reorganizar sua situação financeira."



Sindjus-DF se reúne com secretário-geral do CJF para discutir diversos pontos da pauta da categoria

O Sindjus-DF se reuniu, nesta terça-feira (20/10), com o secretário-geral do CJF, Márcio Luiz Coelho de Freitas, para tratar de uma série de questões de interesses dos servidores. Além do SG, participaram da reunião pelo CJF a Chefe de Gabinete da Secretaria Geral Dra. Thaísa Matos, e pelo Sindjus-DF os coordenadores gerais Costa Neto e Chico Vaz, e a coordenadora de Assuntos Jurídicos, Gisele Sérgio.

Dentre os temas tratados, estão:

Art. 193:

Os dirigentes informaram sobre todas as decisões judiciais favoráveis obtidas pelo Sindjus-DF quanto à manutenção no contracheque dos aposentados do pagamento da opção do artigo 193 da Lei 8112/90, e solicitaram que o CJF mantenha a rubrica, assim como o STF e demais tribunais e órgãos do MPU. Nesse sentido, apresentaram ofício

do STF informando a manutenção da opção naquela egrégia Corte, mesmo após a notificação do TCU. O Secretário Geral argumentou a necessidade de a notificação da AGU, TCU ou do juízo da 5ª Vara Federal chegar oficialmente ao CJF para que essa questão possa ser revista, pois até o momento o Conselho não recebeu oficialmente a notificação sobre a decisão obtida pelo Sindjus-DF no sentido de que TCU e AGU restaurem a integridade da sentença favorável aos servidores. O Sindjus-DF está adotando providências junto ao juízo da 5ª Vara para expor essa situação, a fim de que a notificação do CJF se dê o mais breve possível. O Sindicato também está fazendo gestões junto à AGU para que dê cumprimento à decisão judicial e notifique o CJF imediatamente, por meio de parecer de força executória.

O Sindjus-DF pede tranquilidade aos colegas do CJF, pois é questão de tempo para que se dê uma solução a esse caso, e a integridade da decisão seja restaurada.

Reforma Administrativa

O Sindjus-DF externou sua preocupação com a PEC 32/2020, que está no Congresso Nacional e contém uma série de violações aos direitos dos servidores, promovendo o fim do RJU (Regime Jurídico Único) e a quebra da estabilidade dos servidores. Também traz vários e impactantes retrocessos, tais como: redução do salário inicial das carreiras, fim das progressões e promoções automáticas, contratação de não-servidores para cargos de liderança. Dessa forma, os coordenadores pediram o apoio do SG em defesa dos serviços e servidores públicos. Explicaram ainda que o Sindjus-DF está promovendo uma ampla campanha contra as medidas nocivas constantes da Reforma e atuando no Congresso Nacional contra essa ameaça.

Comissão de Carreira

Os coordenadores explicaram que está em processo de instalação pelo CNJ uma comissão de carreira para tratar das principais demandas dos servidores. Embora o CJF não conte com um representante na comissão, o Sindjus-DF informou ao Secretário-Geral sobre os principais temas a serem tratados, pedindo seu apoio na interlocução junto ao presidente nessas questões.

Foi esclarecido que a última comissão, encerrada na gestão Carmem Lúcia, já aprovou alguns pontos da pauta da categoria, a exemplo do NS para técnicos, que deverá agora seguir direto para o plenário do CNJ, não havendo mais necessidade de discussão. Informaram que, recentemente, o CNJ aprovou a criação da Polícia Judicial, mas que se faz necessário consolidar definitivamente essa questão com o envio de anteprojeto de lei ao Congresso Nacional. Também integrará a pauta dessa comissão uma demanda de suma importância para a categoria, que é o reenquadramento dos auxiliares remanescentes em todo o País, e que o Sindjus-DF entende que é urgente e necessário o encaminhamento de anteprojeto de lei ao Congresso Nacional para fazer justiça a esse importante segmento da nossa carreira. Também fizeram a defesa do direito de advogar para servidores bacharéis em Direito com registro na OAB, que hoje possuem vedação total ao exercício da Advocacia, e o debate em torno da necessária recomposição salarial da categoria. O Secretário-geral ouviu atentamente toda a exposição e se colocou à disposição para dar continuidade à discussão desses temas nas próximas reuniões.

Também foi tratado com o SG:

Retorno ao trabalho presencial

O secretário geral informou que no CJF somente os CJ's retornaram até o momento ao trabalho presencial, como primeira fase do projeto de retorno. O Sindjus-DF informou que tratou dessa questão com o ministro presidente Humberto Martins e que defendeu que ainda não é o momento do retorno às atividades presenciais, sendo mais aconselhável a manutenção do teletrabalho como regime prioritário, uma vez que a pandemia ainda não está sob controle.

Prova de vida aposentados

O Sindjus-DF reforçou a necessidade de suspender a exigência de recadastramento anual para a prova de vida de servidores aposentados e pensionistas, de modo que possam permanecer em isolamento social e sem exposição ao contágio do coronavírus por exigência da Administração. Esse pleito é fundamental para atender as medidas de proteção para enfrentamento da Covid-19, ainda mais por se tratar de grupo de risco.

Serviço Médico O SG informou que a atual Administração providenciou estrutura de serviço médico no CJF, com dois médicos e enfermeira, em área no primeiro andar, contemplando também a realização de exames periódicos, com equipamentos idênticos ao do STJ.

Férias

O SG informou que foi restabelecida a possibilidade de fracionamento das férias em 3 períodos.

“Para o Sindjus-DF a reunião foi bastante salutar no sentido de expor a pauta dos servidores ao SG do CJF, defendendo os interesses da categoria, aprofundando o diálogo com este importante Conselho, bem como para viabilizar encaminhamentos como os relacionados ao Art. 193. Em momentos de ataques como esses que estamos vivendo, necessitamos cada vez mais fortalecer os canais de comunicação com as administrações, levando as demandas e trabalhando para solucionar as questões apresentadas da melhor forma. Essas reuniões são importantes também para reforçar nossa luta contra a Reforma Administrativa, angariando apoios e fomentando uma ampla frente contra o desmonte dos serviços públicos”, frisou Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF.

Mais uma vez Twittaço contra Reforma da Previdência alcança destaques no Twitter

TWITTAÇOS
@FrenteServicoP

Frente Parlamentar Mista
do Serviço Público

**TAGS DE CAMPANHA CONTRA REFORMA
ADMINISTRATIVA EMPLACAM TRENDS
INTERNACIONAIS E ASSUNTOS DO MOMENTO
NA POLÍTICA/BRASIL**

#GovernoMente
#ReformaFake
#DesmontedoEstado
#GovernoContraoPovo

SINDJUS

A hashtag #ReformaParaCorruptos formulada pela Comissão Parlamentar Mista do Serviço Público para o Twittaço desta segunda-feira contra a PEC 32/2020 foi um sucesso. Com menos de 30 minutos a TAG já estava nos Trending Topics, ou Assuntos do Momento.

Os Trends são gerados automaticamente por um algoritmo que tenta identificar assuntos que estão sendo muito falados nesse momento.

Ou seja, por mais uma vez nossa campanha contra a Reforma Administrativa ganhou destaque nos assuntos nacionais do Twitter, com cerca de 40 mil tweets. É um número expressivo, que pode ficar ainda maior com a adesão de mais e mais servidores. A hora é de envolvimento e as redes sociais já demonstraram o poder que têm na sociedade contemporânea e em época de pandemia, quando aglomerações físicas estão proibidas, o ambiente virtual ganha ainda mais relevância.

“Juntos, os servidores públicos são imbatíveis. Precisamos nos conscientizar sobre a nossa força, a nossa capacidade de mobilização e pressão. O Sindjus-DF tem insistido na importância da unidade para enfrentar o time que luta a favor da PEC 32/2020 e, conseqüentemente, contra os serviços e servidores públicos. O que está acontecendo semanalmente no Twitter é uma prova de que podemos barrar essa reforma se lutarmos de forma estratégica, persistente e unificada”, afirmou Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF.

Participe do Twittaço da frente Parlamentar com a TAG #ReformaParaCorruptos

A Frente Parlamentar Mista do Serviço Público divulgou a hashtag do Twittaço desta segunda-feira (19/10), às 19h, contra a Reforma Administrativa, que é #ReformaParaCorruptos

As orientações da Frente são as seguintes:

Use somente a tag # informada como estiver escrita.

Escreva frases diferentes antes ou depois da TAG para Twittar;

Retweet, curtidas e comentários também são válidos.

Convide o máximo de pessoas que puder. Publique em suas redes sociais.

O Sindjus-DF tem participado desde o primeiro Twittaço da frente e convida você a multiplicar essa onda crescente de tuítes contra a Reforma Administrativa.

Portanto, acesse seu twitter e participe desta campanha, demonstrando sua insatisfação.

A Reforma está sendo realizada para beneficiar os corruptos e não para os servidores públicos, que fazem é combater a corrupção, trabalhando de forma honesta e digna para bem servir à população.

Sindjus-DF informa: Comissão de Direitos Humanos faz live hoje sobre a Reforma Administrativa

Atenção: o Sindjus-DF convida você a acompanhar mais uma live que coloca em discussão a Reforma Administrativa, que é o assunto do momento e que tem como objetivo desmontar o serviço público. Desta vez, o encontro virtual é realizado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) com diversos convidados que, sem dúvida, têm muito a contribuir com esse debate.

A live é hoje, sexta-feira (23/10), às 16h, com transmissão ao vivo pelo Youtube. Não perca!

Além do presidente da CDH, senador **Paulo Paim**, o evento contará com:

Alessandra Camarano

– Advogada Trabalhista e Sindical

Jorge Souto Maior

– Professor de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da USP e Presidente da Associação Americana de Juristas – AAJ

José Guilherme Zagallo

– Advogado e Secretário Geral da Rama Brasileira da Associação Americana de Juristas – AAJ

Maria Lúcia Fattorelli

– Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

Luiz Alberto dos Santos

– Consultor Legislativo e Colaborador do DIAP

Vladimir Nepomuceno

– Consultor e Assessor da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público e diretor da Insight Assessoria

“Sem dúvida, é mais uma oportunidade de aprofundarmos nosso conhecimento e argumentação contra essa reforma que visa o desmonte dos serviços públicos e traz graves prejuízos ao cidadão e à sociedade. Quanto mais debate houver, melhor, pois a sociedade não pode ser enganada novamente, como foi em relação à Reforma da Previdência. Precisamos conscientizar o maior número de pessoas. E para isso, é crucial contarmos com debates como esse, que trazem informações relevantes sobre o assunto. Afinal, há a propaganda oficial do governo utilizada para aprovar essa reforma, batendo na tecla de que os servidores possuem privilégios que precisam ser cortados. E é a partir de lives como essa que nos empoderamos ainda mais para fazer a tão necessária contraposição aos argumentos pró-reforma, defendendo os serviços e servidores públicos com fundamentação e verdade”, afirmou Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF.

• **LIVE** **SEXTA-FEIRA - 23/10 ÀS 16H**
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
[//YOUTUBE.COM/USER/SENADORPAULOPAIM](https://www.youtube.com/user/senadorpaulopaim)

REFORMA ADMINISTRATIVA

SENADOR PAULO PAIM
PRESIDENTE DA CDH

ALESSANDRA CAMARANO
ADVOGADA TRABALHISTA E SINDICAL

MARIA LÚCIA FATTORELLI
COORDENADORA NACIONAL DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

JORGE SOUTO MAIOR
PROFESSOR DE DIREITO DO TRABALHO DA FACULDADE DE DIREITO DA USP E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE JURISTAS - AAJ

SENADOR PAULO PAIM

JOSÉ GUILHERME CARVALHO ZAGALLO
ADVOGADO E SECRETÁRIO GERAL DA RAMA BRASILEIRA DA ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE JURISTAS - AAJ

LUIZ ALBERTO DOS SANTOS
CONSULTOR LEGISLATIVO E COLABORADOR DO DIAP

VLADIMIR NEPOMUCENO
CONSULTOR E ACESSOR DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA DO SERVIÇO PÚBLICO E DIRETOR DA INSIGHT ASSESSORIA



Sindjus-DF divulga agenda da semana no Congresso Nacional, que volta a ter atividades presenciais

O Sindjus-DF, que tem acompanhado atentamente as movimentações do Congresso Nacional, atuando estrategicamente e prontamente junto com sua assessoria parlamentar e com entidades aliadas, como Fonacate e Sindilegis, em prol da defesa dos serviços e servidores públicos, alerta à categoria que a partir desta semana determinadas comissões voltarão a ter atividades presenciais.

Segundo levantamento feito pela Queiroz Assessoria Parlamentar, que tem trabalhado diuturnamente fornecendo informações e estudos técnicos à Diretoria do Sindjus-DF, bem como se disponibilizando a contribuir na elaboração de emendas e na articulação junto aos parlamentares, principalmente no que diz respeito ao combate da Reforma Administrativa, o ritmo de trabalho do Congresso Nacional ao longo da semana deve ser reduzido em virtude das eleições municipais.

No entanto, toda atenção é necessária, pois os servidores continuam na mira. Embora, não esteja entre os destaques da semana, a PEC 32/2020 (Reforma Administrativa) exige acompanhamento integral.

Na Câmara dos Deputados, os parlamentares poderão apreciar as Medidas Provisórias (MPs) 992/2020, que trata do financiamento a microempresa, empresa de pequeno porte, crédito presumido e compartilhamento de alienação fiduciária; e a MP 993/2020, que autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Além disso, poderá ser apreciado também o Projeto de Lei (PL) 4199/2020, que Institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem – BR do Mar.

No Senado Federal, as comissões permanentes promoverão sabinas de indicados para as agências reguladoras: Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC); Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.(ANP) e Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), todas pela Comissão de Infraestrutura (CI); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS); e Agência Nacional de Águas (ANA), pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). Por sua vez, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizará sabinas de indicados para o Tribunal de Contas da União (TCU) e para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Por fim, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) promoverá a sabinas do Sr. Kássio Nunes Marques, indicado para a vaga do ex-ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF).